

Parecer:

Despacho:

- ☐ - Conselho Intermunicipal de ____/____/____
☐ - Presidente ☐ - Vice-Presidente ☐ - 1º Secretário
☐ - Competência Própria ☐ - Competência Delegada

Concordo com a proposta apresentada, submeta-se à
deliberação do Conselho Intermunicipal de
20/04/2022, com proposta de aprovação.



INFORMAÇÃO – 2022.04.19

Aprovado no CI de
20/04/2022

Assunto: Proposta de Nomeação da Sociedade de Revisores de Contas G.Castro, R.Silva, A.Dias & F.Amorim, SROC, Lda. para certificação legal de contas para os anos económicos de 2022, 2023, 2024

I - CONSIDERANDO QUE:

- a) De acordo com o n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua versão atualizada, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais conjugado com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto Lei n.º 192/2015 que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, os documentos de prestação de contas das entidades intermunicipais deverão conter a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas por Revisor Oficial de Contas (ROC) ou Sociedade de ROC;
- b) Tendo em conta os deveres, poderes e âmbito de funções previstos legalmente para o auditor externo definidas no artigo 77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, quer, supletivamente, ao nível do Código das Sociedades Comerciais, no que ao órgão de fiscalização diz respeito, considera-se que a contratação do auditor externo para a análise de um período superior a um ano contribui para uma maior estabilidade, rigor e independência no exercício das suas funções, alinhando também essa contratação com os procedimentos seguidos pelas entidades participantes (Municípios), em que o mandato do auditor externo geralmente coincide com o ciclo eleitoral (mandato dos órgãos autárquicos);
- c) Constitui uma boa prática de gestão e uma maior consistência e harmonia com os procedimentos seguidos no setor local, como um todo e enquanto órgão externo de “fiscalização Contabilística”, uma vez que só com um período estável é que o auditor consegue ter uma correta perceção do conhecimento do cliente e do negócio, assim como desenvolver com coerência os procedimentos

de auditoria, ao nível dos controlos, dos impactos do eventos subsequentes e garantindo o carácter de inamovibilidade subjacente à sua função;

- d) É neste contexto que a CIM Cávado considera fundamental avançar para a contratação de uma prestação de serviços para “Certificação legal de contas por revisor ou sociedade de revisores oficiais de contas para os anos económicos de 2022, 2023, 2024”;
- e) Foi convidado a apresentar proposta a Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda, que apresentou proposta no valor de 14.940,00€ (dez mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a 4.980,00€ (sem IVA) por cada exercício objeto de análise. Tendo sido adjudicado no dia 21/03/2022 pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, sujeito a ratificação do Conselho Intermunicipal na reunião de 20/04/2022.

II - PROPÕE-SE A APROVAÇÃO PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL (NO CASO DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO):

- a) Nomeação da **Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC**, Lda para a Certificação legal de contas para os anos económicos de 2022, 2023, 2024;
- b) Submeter a referida a nomeação a deliberação da Assembleia Intermunicipal.

À consideração do Primeiro Secretário do SEI

Fátima Barbosa

(Chefe da Divisão Administrativa e Financeira)